



ANTÓNIO BELÉM &
ANTÓNIO GONÇALVES
SROC

RELATÓRIO TRIMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE.

JUNHO DE 2021

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 de Maio de 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal Único Efectivo da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designada por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório sobre a execução orçamental relativa ao primeiro semestre de 2021.

2 - METODOLOGIA

O Fiscal Único Efectivo procedeu à análise das contas referidas a 30 de junho de 2021 da SPMS, que se encontram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro, que integram o SNC-AP – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas. Foi verificada a compatibilidade entre os valores relevados no Balancete Analítico do Razão Geral de 30 de junho com os valores constantes no Balanço, na Demonstração dos Resultados Líquidos por natureza e no PAO – Plano de Actividade e Orçamento para 2021, referidos àquela data.

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



3 - TRABALHO REALIZADO

Para além do controlo da execução orçamental referida a 30 de junho de 2021, procedemos a análise crítica das posições financeira (Balanços) e dos resultados apurados (Demonstrações de Resultados).

Assim foram feitas:

- 3.1 – Comparação dos valores constantes no Balanço de 30 de junho de 2021 com os valores constantes no Balanço de 31 de dezembro de 2020.
- 3.2.- Comparação dos valores constantes na Demonstração de Resultados Líquidos por natureza referida a 30 de junho de 2021, com os valores do período homólogo do ano anterior e com os valores previstos no PAO referente a 2021.
- 3.3– Controlo dos investimentos realizados versus investimentos orçamentados para o exercício de 2021 (grau de execução orçamental dos investimentos).

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e da análise dos Anexos que integram o presente relatório parece-nos conveniente realçar as seguintes conclusões:

4.1. – Balanço (Anexo I)

4.1.1.- O Activo Líquido em 30 de junho de 2021 é superior ao registado em 31 de Dezembro de 2020 em cerca de 2.546.440 euros, o que representa em percentagem um acréscimo de 9,47%. Esta variação positiva resultou da ação conjugada de uma diminuição do Ativo não Corrente de cerca de 66.876 euros, em percentagem 0,92%, provocada pelas diminuições do ativo fixo tangível em cerca de 22.298 euros, em percentagem 0,31%, e do do ativo intangível no montante de 47.540 euros, em percentagem cerca de 99,16% e da variação positiva dos Outros Ativos Financeiros no montante de 2.962 euros, e do aumento do Ativo Corrente em cerca de 2.613.316 euros, em percentagem 13,32 % devido à ação conjugada dos acréscimos dos saldos do Estado e Outros Entes Públicos e Outras Contas a Receber, nos montantes de 1.435.717 euros e 5.028.678 euros, e dos decréscimos verificados nos saldos de Clientes, contribuintes e utentes, em Diferimentos, no montante de 2.758.363 euros e no Caixa e Depósitos Bancários, no montante de 1.002.627 euros. **Em conclusão, o activo líquido cresceu cerca de 9,47%, devido à ação conjugada duma diminuição do ativo não corrente de 66.876 euros e de um aumento do ativo corrente de 2.613.316 euros.**

4.1.2.- Relativamente ao Capital Próprio verifica-se um aumento em valor absoluto, de junho de 2021 relativamente a 31 de Dezembro de 2020, de cerca de 1.895.495 euros, em percentagem 23,18%, resultante do aumento do saldo das Outras Reservas no montante de 609.797 euros, em percentagem cerca de 8,92%, da diminuição do saldo negativo verificado na conta de Resultados Transitados, cerca de 2.248.576 euros, em percentagem cerca de 6,50%, da variação negativa do saldo das Outras Variações no Capital Próprio, no montante de 3.316 euros e da variação negativa do Resultado Líquido, no montante de 959.563 euros, em percentagem cerca de 33,57%. **Em conclusão, deve referir-se que o total do Capital Próprio aumentou, atingindo um valor total de**

cerca de 10.072.697 euros, devido fundamentalmente por um lado ao aumento das Outras Reservas e à melhoria dos Resultados Transitados, em cerca de 609.797 euros e 2.248.576 euros, respetivamente e por outro ao decréscimo das Outras Variações no Capital Próprio, no montante de 3.316 euros e ao agravamento registado nos Resultados Líquidos, em cerca de 959.563 euros. Entendemos chamar a atenção para o facto de o capital próprio da SPMS representar cerca de 38,36% do Capital, o que cai no âmbito do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

4.1.3. – No que concerne ao Passivo Total registou-se um aumento de cerca de 650.946 euros relativamente a dezembro de 2020, o que em percentagem representa cerca de 3,48%. Esta variação resultou exclusivamente do aumento do Passivo Corrente com o aumento dos saldos das contas de Fornecedores, Fornecedores de Investimentos e Outras Contas a Pagar, e às diminuições nos saldos do Estado e Outros Entes Públicos e nos Diferimentos, nos montantes de 1.566.897 euros, 210.756 euros, 2.659.064 euros, 629.617 euros e 3.159.153 euros, respetivamente. O Passivo Não Corrente manteve o mesmo saldo existente em 31 de Dezembro de 2020 na conta de Provisões, ou seja o montante de 4.755.542 euros.

Em conclusão, pode referir-se que o acréscimo do Passivo Total da SPMS, teve a ver exclusivamente com as variações no Passivo Corrente, acima referidas.

4.2.- Demonstração de Resultados por natureza (Anexo II)

O Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA), em 30 de junho de 2021, positivo no montante de cerca de 3.027.209 euros era superior ao do período homólogo de 2020, em cerca de 1.434.692 euros, o que representa um acréscimo muito significativo, cerca de 90,09%. Este aumento do EBITDA é explicado

fundamentalmente pelo efeito conjugado das variações favoráveis nas Vendas e Prestação de Serviços, nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, nos Gastos com Pessoal, nos Outros Rendimentos e Ganhos e nos Outros Gastos e Perdas e da variação desfavorável nos Fornecimentos e Serviços Externos, nos valores de 3.422.594 euros, 4.000.198 euros, 1.129.244 euros, 383.684 euros, 443.224 euros e 7.944.251 euros, respetivamente.

Em consequência do aumento do EBITDA acima referida, o Resultado Operacional (EBIT) em junho de 2021, atingia o montante de 1.898.810 euros, superior ao do período homólogo em cerca de 1.380.082 euros, o que representa uma significativa melhoria. O Resultado antes de impostos (RAI), positivo em cerca de 1.898.810 euros também é significativamente superior ao do período homólogo, em cerca de 1.380.082 euros. Considerando o efeito fiscal do IRC, chega-se a um Resultado Líquido positivo de 1.897.670 euros, superior ao do período homólogo do ano anterior, que foi positivo no montante de 304.375 euros. **Como conclusão, deve salientar-se que a melhoria do resultado apurado se baseia fundamentalmente na redução dos Gastos com o Pessoal em cerca de 1.129.244 euros, uma vez que as outras variações havidas tiveram na prática efeito nulo.**

4.3.- Execução Orçamental – Dos Rendimentos e Gastos (Anexo III)

Feita comparação entre os valores anuais orçamentados e os valores reais do período, pode concluir-se que os desvios verificados foram significativos quer relativamente aos rendimentos, quer em relação aos gastos orçamentados. Com efeito os graus de execução atingidos foram nas Vendas e Prestações de Serviços, 18%, nas Transferências Correntes e Subsídios à Exploração, 27%, nos Fornecimentos e Serviços Externos, 23%, nos Gastos com Pessoal, 38%, nos Outros Rendimentos e Ganhos, 7% e nos Outros Gastos e Perdas 5%. O baixo grau de execução orçamental no que respeita fundamentalmente às rubricas de Vendas e



Prestação de Serviços e Transferências Correntes e Subsídios à Exploração levam a que em termos de resultados (EBITDA, EBITA, RAI e RL) todos apresentam valores abaixo dos valores orçamentados.

4.4.- Dos Investimentos (Anexo IV)

Feita análise aos investimentos orçamentados e os efectivamente realizados até 30 de junho de 2021, pode concluir-se que praticamente não foram feitos investimentos, sendo o grau de execução orçamental somente de cerca de 1,63%.

4.5. Dos Recebimentos e Pagamentos

Em termos de recebimentos e pagamentos pode concluir-se que a situação se mostrava positiva em 30 de junho de 2021. Com efeito foram recebidas verbas no montante de 23.996.446,84 euros e feitos pagamentos no montante de 21.590.467,94 euros gerando-se um saldo de 2.486.978,90 euros. O grau de execução orçamental da receita foi de 14,8% e o da despesa foi de 13,3%.

NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Director da Direcção Financeira e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

Lisboa, 03 de dezembro de 2021

O FISCAL ÚNICO

ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES, SROC, LDA.

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	JUNHO 2021	DEZEMBRO 2020	VARIAÇÃO	
			Valor	%
ACTIVO				
Activo não corrente				
Activos fixos tangíveis	7 198 846	7 221 144	-22 298	-0,31
Ativos Fixos Tangíveis em Curso				
Goodwill				
Activos intangíveis	402	47 942	-47 540	-99,16
Ativos Intangíveis em Curso				
Participações financeiras - método equivalência patrimonial				
Participações financeiras - outros métodos				
Accionistas / sócios				
Outros activos financeiros	2 962		2 962	
Activos por impostos diferidos	122	122	0	0,26
Outras contas a receber				
Total Activo não corrente	7 202 332	7 269 208	-66 876	-0,92
Activo corrente				
Inventários	0	0		
Clientes, contribuintes e utentes	2 656 571	2 746 659	-90 088	-3,28
Adiantamentos a fornecedores	0	0		
Estado e outros entes públicos	1 582 492	146 775	1 435 717	978,18
Accionistas / sócios				
Outras contas a receber	7 189 272	2 160 594	5 028 678	232,75
Diferimentos	1 527 732	4 286 095	-2 758 363	-64,36
Activos financeiros detidos para negociação				
Outros activos financeiros				
Activos não correntes detidos para venda				
Caixa e depósitos bancários	9 278 494	10 281 121	-1 002 627	-9,75
Total Activo corrente	22 234 560	19 621 244	2 613 316	13,32
Total do Activo	29 436 892	26 890 452	2 546 440	9,47

ANEXO I

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE
BALANÇOS

RUBRICAS	JUNHO 2021	DEZEMBRO 2020	VARIÇÃO	
			Valor	%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	26 260 689	26 260 689	0	0,00
Reservas legais	0	0		
Outras reservas	7 445 732	6 835 935	609 797	8,92
Resultados transitados	-32 325 745	-34 574 321	2 248 576	-6,50
Ajustamentos em activos financeiros	0			
Excedentes de revalorização	0			
Outras variações no capital próprio	6 793 210	6 796 526	-3 316	-0,05
Resultado líquido do exercício	1 898 810	2 858 373	-959 563	-33,57
Interesses minoritários				
Total do Capital próprio	10 072 697	8 177 202	1 895 495	23,18
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	4 755 542	4 755 542	0	0,00
Financiamentos obtidos				
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	0	0		
Passivos por impostos diferidos	0	0		
Outros passivos não correntes	0	0		
Total do Passivo não corrente	4 755 542	4 755 542	0	0,00
Passivo corrente				
Provisões				
Fornecedores	3 112 274	1 545 377	1 566 897	101,39
Adiantamentos de clientes	0	0		
Estado e outros entes públicos	1 298 037	1 927 654	-629 617	-32,66
Fornecedores de Investimentos	210 756	0	210 756	
Accionistas/Sócios				
Outras contas a pagar	9 685 461	7 026 398	2 659 064	37,84
Diferimentos	302 126	3 458 279	-3 156 153	-91,26
Total do Passivo corrente	14 608 653	13 957 707	650 946	4,66
Total do Passivo	19 364 195	18 713 249	650 946	3,48
Total do Capital próprio e do Passivo	29 436 892	26 890 451	2 546 441	9,47

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

RUBRICAS	JUNHO 2021	JUNHO 2020	VARIAÇÃO	
			Valor	%
RENDIMENTOS E GASTOS				
Vendas e prestações de serviços	3 938 414	515 820	3 422 594	663,52
Transferências correntes e subsídios à exploração	23 635 467	19 635 269	4 000 198	20,37
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0	0		
Variações nos inventários de produção	0	0		
Trabalhos para a própria entidade	0	0		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0		
Fornecimentos e serviços externos	-21 151 261	-13 207 010	-7 944 251	60,15
Gastos com o pessoal	-3 885 320	-5 014 564	1 129 244	-22,52
Imparidade de inventários (perdas)				
Imparidade de inventários reversões)	0	0		
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0		
Provisões (aumentos/reduções)	0	0		
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Reduções de justo valor	0	0		
Aumentos de justo valor	0	0		
Outros rendimentos e ganhos	537 657	153 974	383 684	249,19
Outros gastos e perdas	-47 749	-490 973	443 224	-90,27
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	3 027 209	1 592 517	1 434 692	90,09
Gastos de depreciação e amortização	-1 128 399	-1 073 789	-54 610	5,09
Reversões de depreciação e amortização	0	0		
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 898 810	518 728	1 380 082	266,05
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0		
Juros e gastos suportados	0	0		
Resultado antes de impostos	1 898 810	518 728	1 380 082	266,05
Imposto sobre o rendimento	-1 140	-214 353	213 213	-99,47
Resultado líquido do período	1 897 670	304 375	1 593 295	523,46

SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

RUBRICAS	REAL JUNHO 2021	ORÇAMENTO ANUAL 2021	GRAU DE EXECUÇÃO
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e prestações de serviços	3 938 414	22 121 514	0,18
Transferências correntes e subsídios à exploração	23 635 467	88 042 247	0,27
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		0	0
Variações nos inventários de produção		0	0
Trabalhos para a própria entidade	0	0	0
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	0	0	0
Fornecimentos e serviços externos	-21 151 261	-90 971 204	0,23
Gastos com o pessoal	-3 885 320	-10 340 176	0,38
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	0	0	0
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0	0	0
Provisões (aumentos/reduções)	0	0	0
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Aumentos/reduções de justo valor	0	0	0
Outros rendimentos e ganhos	537 657	7 307 716	0,07
Outros gastos e perdas	-47 749	-934 657	0,05
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos	3 027 208	15 225 440	0,20
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-1 128 399	-8 236 317	0,14
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0	0	0
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 898 809	6 989 123	0,27
Juros e rendimentos similares obtidos	0	0	0
Juros e gastos suportados	0		#DIV/0!
Resultado antes de impostos	1 898 809	6 989 123	0,27
Imposto sobre o rendimento	-1 140	-1 782 226	0,00
Resultado líquido do período	1 897 669	5 206 897	0,36

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE

CONTROLO ORÇAMENTAL - INVESTIMENTOS

RUBRICAS	INVESTIMENTOS JUNHO 2021	ORÇAMENTO ANUAL INVESTIMENTOS	GRAU DE EXECUÇÃO
Activos fixos tangíveis	1 067 985	65 421 500	1,63%
Edifícios e Outras Construções	0	1 900 350	0,00%
Equipamento Básico	1 064 473	63 399 199	1,68%
Equipamento Administrativo	3 512	121 951	2,88%
Outros Investimentos	0	0	#DIV/0!
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	0		
Activos intangíveis	0	0	#DIV/0!
Software Informático	0	0	#DIV/0!
Hardware	0	0	
Totais	1 067 985	65 421 500	1,63%

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algé

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algé
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



ANTÓNIO BELÉM &
ANTÓNIO GONÇALVES
SROC

E_1426/2022 21/02/2022 SPMS

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE REVISÃO

SPMS – SERVIÇOS PARTILHADOS MINISTÉRIO DA SAÚDE, EPE.

JUNHO DE 2021

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



RELATÓRIO

1 - INTRODUÇÃO

Nos termos do despacho de 04 Maio 2015 de Sua Excelência a Secretária de Estado do Tesouro, que nos nomeou como Fiscal único da SPMS-Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE, adiante designado por SPMS, cumpre-nos apresentar relatório da actividade de fiscalização efectuada no segundo trimestre de 2021.

2 - ÂMBITO

O âmbito da actividade exercida teve como quadro o normativo referido no Ponto 1, tendo sido efectuada a revisão legal da SPMS e o exame das suas contas referidas a 30 de Junho de 2021, de acordo com as normas de revisão/auditoria em vigor e com a profundidade que considerámos necessária.

/ Sede

Praça Francisco Sá Carneiro, 12, 1º DT 1000-160 Lisboa
+351 218 438 860 | geral@abag-sroc.pt

/ Escritório Algés

Rua Sofia de Carvalho, 23, 2º DT Nascente 1495-122 Algés
+351 215 843 257 | info@abag-sroc.pt



3 - TRABALHO REALIZADO

- 3.1 – Participação em diversas reuniões com a Administração e Director Financeiro, com o objectivo de recolhermos informação/documentação relativamente à actividade desenvolvida no período;
- 3.2.- Avaliação da adequacidade e consistência das políticas contabilísticas adoptadas, nomeadamente amortizações, provisões, ajustamentos, valorimetria, reconhecimento de gastos/rendimentos e diferimentos;
- 3.3. - Verificação da conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro das demonstrações financeiras, que compreendem o Balanço em 30 de Junho de 2021, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas às Demonstrações Financeiras, todas referidas àquela data;
- 3.4.- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
- 3.5. - Análise do controlo interno;
- 3.6. - Realização de testes substantivos nas seguintes áreas;
 - 3.6.1. - Inventariação e confirmação dos saldos de Caixa;
 - 3.6.2. - Análise e verificação das reconciliações bancárias preparadas na SPMS;
 - 3.6.3. Confirmação da existência, titularidade e montantes dos Outros Depósitos Bancários/Depósitos a Prazo;



E-1426/2022 21/02/2022 S7MS

3.6.4.- Análise de contas de terceiros, designadamente de Clientes, de Fornecedores e de Outras Contas a Receber e a Pagar;

3.6.5.- Análise dos saldos e movimentos contabilizados nas contas de Diferimentos;

3.6.6.- Análise da conta de Subcontratos e dos processos de compra mais relevantes;

3.6.7.- Verificação dos investimentos/desinvestimentos em imobilizado;

3.6.8.- Análise dos critérios e cálculos de amortizações;

3.6.9.- Análise dos critérios e cálculos de ajustamentos/provisões;

3.7. – Análise das contas de Capital Próprio;

3.8. - Verificação documental dos gastos, perdas, rendimentos e ganhos relevantes;

3.9. - Verificação da situação fiscal e perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações;

4 - RELATÓRIO

Como consequência do trabalho desenvolvido e das opiniões que temos, parece-nos conveniente realçar os seguintes pontos:

- 4.1.- Nas reuniões havidas com a Administração, Diretor Financeiro e Contabilista Certificado, obtivemos os esclarecimentos e documentos que considerámos necessários.
- 4.2.- A SPMS prosseguiu políticas contabilísticas que nos parecem adequadas e que são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. A partir de 01 de Janeiro de 2018 A SPMS adoptou o SNC-AP de acordo com o Decreto-lei 92/2015.
- 4.3. - As Demonstrações Financeiras relativas a 30/06/2021 estão conformes com as Normas Contabilidade Pública (NCP) que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).
- 4.4 – As Demonstrações Financeiras estão de acordo com os registos e documentos de suporte.
- 4.5. - Analisámos o sistema de controlo interno tendo-se concluído que apesar de não existir um Manual de Procedimentos único, é observado um conjunto de normas e procedimentos escritos, Circulares Internas, que asseguram um razoável controlo interno.
No segundo trimestre de 2021, não foram emitidas circulares internas.
- 4.6. - Relativamente aos testes substantivos realizados salienta-se:
 - 4.6.1. - A conta de Caixa encontra-se desagregada em Caixa de Lisboa e Caixa do Porto. Relativamente a 30 de Junho de 2021, a Caixa Fixo apresentava um saldo de 39.607.54 euros, o Fundo de maneo de Lisboa apresentava um saldo de 104,99 e o do Porto de 116,96 euros. O aumento significativo no saldo da conta Caixa Fixo deve-se a dois adiantamentos, os quais só foram regularizados posteriormente. Não procedemos à contagem física dos saldos referidos em data próxima de 30 de Junho de 2021.

4.6.2. - Foram obtidas e testadas as reconciliações das contas de depósitos à ordem. Relativamente a 30 de Junho verificavam-se coincidências dos saldos contabilísticos e bancários relativamente às 12108 “Projeto HealthtID”, 12110 “Caução Fundo Imobiliário”, 12112 “Op. Extraorçamentais” e 12114 “Projeto X eHealth”. As contas 12101 – IGCP, 12104 “SITAM” 12105 “Projetos Comunitários”, 1207 “Centro Contacto SNS” e 12109 “Projeto ehaction”, apresentavam saldos divergentes, tendo sido feita a identificação de todos os movimentos que justificavam a diferença de saldos apurados, não apresentando estes movimentos antiguidades elevadas.

Salienta-se que a SPMS observou integralmente o princípio da unidade de tesouraria do Estado.

4.6.3. – Relativamente à conta de Outros Depósitos Bancários, verificou-se que à data de 30 de Junho 2021 existia um saldo na contabilidade de 46.702,34 coincidente com o saldo bancário.

4.6.4. – Foi analisada a conta de Clientes relativamente à natureza dos saldos e antiguidades. Não existiam saldos de natureza contrária nem saldos com antiguidades elevadas que justificassem ajustamentos.

Igual procedimento foi feito para as contas de Fornecedores, que apresentavam um saldo total em 30 de Junho de 2021 no montante de cerca de 3.112.273,89 euros, os quais não apresentam antiguidade elevada, existindo somente um saldo de natureza contrária de montante considerado insignificante. **O saldo de fornecedores aumentou significativamente face a 31 Dezembro 2020 devido às faturas da MEO no âmbito do SNS24 e às faturas da Normática referentes ao licenciamento.**



4.6.5. - Relativamente às Outras Contas a Receber e a Pagar, foram analisados os saldos das contas “Acréscimos de Rendimentos CC SNS 24”, “Acréscimos de Gastos em Subcontratos Gerais”, “Acréscimos de Gastos Outros”, “Cobrança Taxas Moderadoras a Entregar” e “Intermediação de Fundos Europeus” nada havendo de especial a relatar. Foram obtidos os extractos e fotocópias dos documentos de suporte mais relevantes, relativos às contas acima mencionadas.

4.6.6. – Relativamente a empréstimos bancários obtidos, há a referir que a conta se apresentava saldada, na sequência das liquidações ocorridas no exercício de 2016. Foi feita a confirmação da inexistência de financiamentos bancários através do documento da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, com referência à data de 30 de Junho de 2021.

4.6.7. – Relativamente à conta de Diferimentos, analisámos o saldo e os movimentos ocorridos nas contas de Gastos a Reconhecer e as contas de Rendimentos a Reconhecer. Foram analisados os saldos actuais com os existentes no final do período anterior e verificou-se se a empresa aplicou, no período em análise, políticas contabilísticas consistentes com as do exercício anterior. Verificou-se, também, que foi feita a anulação dos gastos a reconhecer contabilizados no exercício anterior e foi feito o reconhecimento dos gastos a reconhecer no período em análise.

4.6.8. – Quanto aos Subcontratos foram analisadas as aquisições mais relevantes do segundo trimestre, os respectivos contratos que se encontram publicados na Basegov e a contabilização das correspondentes facturas, tendo-se obtido fotocópias dos referidos documentos. Verificou-se concordância entre os valores dos contratos e as verbas contabilizadas. Analisou-se também a forma

de contratação, tendo-se constatado a existência de um número elevado de aquisições por ajuste directo e ajuste direto simplificado, os quais, no entanto respeitavam o estipulado no Código da Contratação Pública.

4.6.9. - Procedemos ao controlo documental dos movimentos lançados nas contas de imobilizado, tendo-se obtido listagens e fotocópias dos documentos de suporte mais significativos das aquisições e dos abates efectuados no trimestre.

4.6.10. - Relativamente às amortizações a SPMS adopta o método da linha recta e utiliza as taxas de amortização correspondentes aos diversos períodos de vida útil estimada dos bens, lançando mensalmente por estimativa na conta 64 os respetivos valores.

4.6.11. - Quanto a Ajustamentos/Provisões não foi feito qualquer movimento no primeiro e segundo trimestre de 2021.

4.7. – Procedemos à análise das contas de Capital Próprio tendo-se concluído que no primeiro trimestre foi transferido para a conta de Resultados Transitados o montante de 2.858.373,07 euros referente ao resultado líquido obtido no exercício de 2020 tendo sido transferido para a conta de Reservas Legais o montante de 609.798,51 resultante da aprovação de contas do exercício de 2018.

Ainda relativamente ao Capital Próprio, deve salientar-se o facto do mesmo em 30 de Junho de 2021, continuar a ser inferior a 50% do capital subscrito, situação que cai no âmbito do Artº 35º do Código das Sociedades Comerciais.

4.8. - A análise documental dos gastos e rendimentos relevantes do período decorrido até 30 de Junho de 2021 permite concluir que o valor apurado, prejuízo de cerca de 1.898.810,45 euros refletirá apropriadamente o



resultado do mesmo. Com efeito, o resultado acima referido foi motivado fundamentalmente pela rubrica de Prestações de Serviços.

- 4.9. -Controlámos a situação fiscal e perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações da SPMS, tendo podido concluir que todas as situações se encontravam regularizadas. Verificou-se que, no processamento dos vencimentos de Junho se lançaram os encargos da entidade patronal com a segurança social e CGA na conta 2312 “pagamentos ao pessoal”, em vez da conta 24512. Existem outras pequenas diferenças, materialmente irrelevantes.

5 – NOTA FINAL

Por último uma palavra de agradecimento pela boa colaboração e disponibilidade manifestadas pelo Administrador, Director Financeiro e demais responsáveis com quem mantivemos contactos profissionais.

Lisboa, 3 de Dezembro de 2021

O FISCAL ÚNICO

**ANTÓNIO BELÉM & ANTÓNIO GONÇALVES – SOCIEDADE DE REVISORES
OFICIAIS DE CONTAS, LDA.**

representada pelo Dr. António Maria Velez Belém

R.O.C. 768